

FGV Justiça promove mesa-redonda sobre a descriminalização da toxicod dependência, com fulcro na experiência exitosa portuguesa.



O Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário – FGV Justiça realizou, no dia 11 de novembro de 2024, na sede da FGV Conhecimento, a mesa-redonda “Políticas públicas de combate à toxicod dependência”, que reuniu acadêmicos, especialistas, autoridades e profissionais para debater temas cruciais e compartilhar conhecimentos sobre questões relacionadas ao combate à dependência de drogas, tema sensível para a política legislativa e assunto de interesse nacional e internacional.

O evento faz parte das atividades permanentes do Fórum de Lisboa e contou com a palestra de João Castel-Branco Goulão, médico e presidente do Conselho Diretivo do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (Icad) – Portugal, amplamente reconhecido por seu papel central na criação e implementação do modelo de descriminalização das drogas em Portugal, uma das políticas mais inovadoras e estudadas em todo o mundo no campo da dependência de substâncias.

A mesa-redonda foi presidida por Antonio Saldanha Palheiro, ministro do STJ e coordenador do Fórum Permanente da Saúde da FGV Justiça que, na abertura, destacou a relevância de se tratar a questão da dependência em drogas como política de saúde pública e não política criminal. Citou, para tanto, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da descriminalização do porte de até 40 gramas de maconha, o que promoveu uma diferenciação objetiva entre usuários e traficantes.

Em seguida, João Castel-Branco Goulão explicou a experiência exitosa de Portugal no combate à criminalização do uso de drogas. De acordo com o médico, nos anos

2000, sob sua liderança, Portugal implementou um modelo de destaque internacional acerca da descriminalização de todas as drogas no país ao tratar o consumo de drogas não como uma questão de política criminal, mas como uma questão de saúde pública. Assim, o uso de drogas para consumo pessoal, quando em pequenas quantidades, foi descriminalizado, e os indivíduos flagrados com tais substâncias passaram a ser encaminhados para Comissões de Dissuasão da Toxicod dependência, compostas por equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais e profissionais da área da saúde.

Segundo o palestrante, a política portuguesa de descriminalização do uso de drogas levou em consideração as peculiaridades do país, estabeleceu, por meio do diálogo institucional, a construção de um estatuto legal pautado na prevenção, tendo como suporte social o amplo apoio dos portugueses. Com a implementação dessa política, os índices de consumo de drogas, infecções por HIV, overdoses e crimes em Portugal diminuíram significativamente, e o modelo foi amplamente elogiado por sua abordagem humanista e focada na recuperação e integração dos dependentes químicos, em vez de sua punição com encarceramento.

Por seu turno, a secretária nacional de Políticas sobre Drogas, Marta Machado, pontuou a importância da decisão do STF para a descriminalização do uso moderado da maconha, não constituindo uma rota de legalização, mas um entendimento responsável da Corte. Destacou a relação entre o aumento da criminalização do consumo com o aumento do crime organizado, sendo, pois, necessário o estabelecimento de programas de prevenção realizados em escolas, a fim de conter esse avanço.

Posteriormente, o presidente do Fórum de Integração Brasil Europa e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Vitalino Canas, repisou a importância da aceitação pública para mudar a política de criminalização de drogas em Portugal, culminando na criação de um novo quadro sancionatório acerca do tema.

Na sequência, a médica Margareth Dalcomo lembrou dos conceitos equivocados reproduzidos pelo Parlamento brasileiro, que acabam impedindo a absorção de programas médicos para conter o avanço da dependência em

drogas, a partir de um preconceito vinculado a tratar o dependente químico como criminoso e não como alguém que necessita de assistência médica, psicológica e social.

Ainda estiveram presentes Marcello Granado, desembargador do TRF da 2ª Região; Ricardo Couto, desembargador do TJRJ; Paulo de Oliveira Lanzillotta Baldez, desembargador do TJRJ; Débora Valle, juíza federal do TRF da 2ª Região; Tiago Joffily, promotor de justiça do MPRJ; Eduardo Lima Neto, subprocurador-geral de Justiça de Administração do MPRJ; Wanderley Rebello de Oliveira Filho, presidente da Comissão de Políticas sobre Drogas da OAB/RJ; Fernanda Tórtima, sócia fundadora do Tórtima, Galvão e Maranhão Advogados; Flávio Mirza, professor da Uerj; Ricardo Pieri, advogado no Pieri Advogados; e Ana Luisa Bandeira, chefe de gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, que realizaram relevante debate acerca do tema.

Ressaltou-se, entre as muitas ideias discutidas, a importância da aceitação social ao combate à criminalização do usuário de drogas, para que ele seja inserido em uma política de saúde pública no Brasil. Para tanto, é necessário perceber as vulnerabilidades em certas camadas da população, a partir do estigma vinculado ao uso de entorpecentes. Para solucionar esse estado de coisas, é importante estimular o diálogo institucional entre todos os poderes, além de promover programas de prevenção realizados em escolas, a partir da ressonância da seguinte mensagem: “o usuário não é criminoso, mas uma pessoa que necessita de cuidados médicos e assistência social”.